

Ademilar Administradora de Consórcios S.A

CNPJ: 84.911.098/0001-29 - Curitiba - PR

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da Ademilar Administradora de Consórcios S.A., correspondentes ao período findo em 30 de junho de 2021, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Compreendem também, as demonstrações

consolidadas dos recursos de consórcios e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios referente ao semestre findo nessa data. As notas explicativas e o relatório dos auditores independentes são partes integrantes dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Administradora tem a missão de administrar e operar grupos de consórcio com a marca Ademilar que consolida nosso trabalho há mais de 28 anos. Atualmente possuí 37 grupos em andamento, com 58.515 cotas ativas. No período a administração registrou o resultado líquido de R\$ 19.207.988,31. O patrimônio líquido ajustado em 30 de junho de 2021 representa R\$ 21.333.101,38. Agradecemos nossos clientes consorciados e aos fornecedores pela confiança e credibilidade demonstrados, ao nosso controlador, a Ademicon Participações

Societárias Ltda., e aos nossos colaboradores e parceiros representantes, pela contínua dedicação, profissionalismo e compromisso com que conduziram sua atuação. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Curitiba, 31 de agosto de 2021.
Os Administradores

BALANÇO PATRIMONIAL EM:

Ativo	Nota	Em Milhares de Reais		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Em Milhares de Reais	
		30/06/2021	31/12/2020			30/06/2021	31/12/2020
Circulante		29.694	21.051	Circulante		15.170	9.247
Caixa e Equivalente a Caixa	7	359	404	Outras Obrigações	13	15.170	9.247
Instrumentos Financeiros	8	28.344	16.715	Fiscais e Previdenciárias	16	4.588	3.452
Outros Créditos	10	992	3.932	Diversas	16	10.582	5.795
Rendas a Receber	8	318	3.630	Não Circulante		12.166	10.646
Diversos	10	674	302	Outras Obrigações	17	12.166	10.646
Não Circulante		15.908	19.696	Provisão para contingências	14	5.529	4.568
Cotas de consórcio Ademilar	9	8.066	8.190	Recursos não procurados	15	6.281	5.938
Outros Créditos	10	7.842	7.907	Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	16	336	127
Recursos Pendentes de recebimento	10	6.281	5.938	Patrimônio Líquido		21.333	16.148
Diversos	10	1.561	1.968	Capital de domiciliados no País	18	7.000	7.000
Permanente		2.809	1.036	Reserva Legal		2.283	2.283
Imobilizado	12.1	1.886	1.036	Lucros e Prejuízos Acumulados		12.051	6.865
Imobilizado em uso	12.1	2.819	2.817	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		48.669	36.041
(-) Depreciações Acumuladas	12.1	(1.696)	(1.581)				
Intangível	12.2	498	498				
Licença de Software	12.2	258	258				
(-) Amortização Acumuladas	12.2	-	-				
Total do Ativo		48.669	36.041				

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Nota	Em Milhares de Reais		
	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020	
Receita Operacional			
Serviços prestados - taxa de administração	19	124.350	87.513
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		230	151
Impostos e contribuições incidentes		(7.293)	(6.018)
Receita Operacional Líquida		117.287	81.646
Outras receitas (despesas) operacionais			
Despesas com Pessoal	20	(7.407)	(5.411)
Outras Despesas Administrativas	23	(79.503)	(58.257)
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas	22	(87.458)	(84.515)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		29.831	17.331
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	24	(10.066)	(5.679)
Participação nos Lucros	21	(557)	(271)
Lucro líquido do período		19.208	11.381
Lucro por Lote de Mil Ações		2,74	1,63

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Ativo	Nota	Em Milhares de Reais				
		Capital Realizado	Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados
Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2019		2.407	4.593	264	481	5.739
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	26.795
Aumento de Capital		4.593	(4.593)	-	-	-
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	(20.246)
Realização da Reserva		-	-	(15)	-	15
Ajuste na Provisão de Impostos s/Reserva de Reavaliação		-	-	5	-	(5)
Baixa Provisão de imposto s/Reserva de Reavaliação		-	-	-	-	83
Baixa Reserva de Reavaliação		-	-	(254)	-	254
Reserva Legal		-	-	-	794	(794)
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2019		7.000	-	-	1.275	11.841
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	31.528
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	(35.496)
Reserva Legal		-	-	-	1.007	(1.007)
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2020		7.000	-	-	2.282	16.148
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	19.208
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	(14.023)
Saldos Finais em 30 de junho de 2021		7.000	-	-	2.282	21.333

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM (MÉTODO INDIRETO)

Ativo	Em Milhares de Reais	
	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido	19.208	11.381
Ajustes por:		
Depreciação	119	108
Participação nos lucros	557	271
Imposto de renda e contribuição social	(10.066)	(5.679)
Lucro Ajustado	29.950	17.437
Variações nos ativos e passivos		
Rendas a Receber	3.312	3.793
Cotas de consórcio Ademilar	(2.277)	536
Recursos Pendentes de recebimento	(343)	(760)
Outros Créditos	36	(2.396)
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	653	1.566
Provisão para Passivos Contingentes	7	-
Recursos não Procurados	961	230
Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	343	760
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.583)	(15.122)
Outras obrigações	4.438	15.722
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	27.499	21.771
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições de Imobilizado/Intangível	(1.692)	(317)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(1.692)	(317)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Distribuição de Dividendos	(14.023)	(17.601)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(14.023)	(17.601)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	11.584	3.853
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	17.119	16.817
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	28.702	20.670

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Ativo	Nota	Em Milhares de Reais		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Em Milhares de Reais	
		30/06/2021	31/12/2020			30/06/2021	31/12/2020
Circulante		1.173.813	1.038.797	Circulante		1.173.813	1.038.797
Caixa e Equivalente a Caixa		621	0	Outras Obrigações		1.173.813	1.038.797
Depósitos Bancários		621	0	Obrigações Diversas		665.085	603.263
Depósitos Bancários		621	0	Valores a Repassar		24.325	26.311
Aplicações Financeiras		294.153	232.939	Obrigações por Contemplações a Entregar		195.909	175.812
Outras		294.153	232.939	Recursos a Devolver a Consorciados		26.107	25.635
Aplicações Financeiras		294.153	232.939	Compensação		19.092.581	16.777.224
Outros Créditos		879.029	805.858	Consórcio		19.092.581	16.777.224
Valores Específicos		879.029	805.858	2. Bens de Preparação das Demonstrações Financeiras de Grupos de Consórcios		80.109	45.790
Bens Retomados ou Devolvidos		3.974	4.726	Obrigações do Grupo por Contribuições		9.628.832	8.467.429
Direitos Juntos a Consorciados Contemplados	11	875.056	801.132	Bens ou Serviços a Contemplar - Valor		9.413.640	8.264.005
Compensação		19.092.581	16.777.224	Total do Passivo		20.266.394	17.816.021
Consórcio		19.092.581	16.777.224				
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados		50.109	45.790				
Contribuições Devidas ao Grupo		8.628.832	8.467.429				
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar		9.413.640	8.264.005				
Total do Ativo		20.266.394	17.816.021				

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E EM 30 DE DEZEMBRO DE 2020 E VALORES ACUMULADOS ATÉ 30 DE JUNHO DE 2021

Ativo	Em Milhares de Reais		
	1º Semestre 2021	2º Semestre 2020	Valor Acumulado
Disponibilidades no Início do Período	232.338	218.148	2.980.570
Depósitos Bancários	0	161	161
Aplicações Financeiras do Grupo	25.163	9.386	208.601
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	207.775	208.601	2.091.244
(+) Recursos Colatados	419.501	397.104	2.980.570
Contribuições para Aquisição de Bens	289.062	274.317	2.091.244
Taxa de Administração	122.639	104.824	799.379
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.941	1.328	55.091
Multas e Juros Moratórios	391	413	3.326
Prêmios de Seguros	2.839	2.757	30.501
Outros	1.355	928	1.030
Recursos Utilizados	(357.655)	(372.314)	(2.747.632)
Aquisição de Bens	(219.513)	(261.483)	(1.912.404)
Taxa de Administração	(126.378)	(103.349)	(795.754)
Multas e Juros Moratórios	(199)	(203)	(1.659)
Prêmios de Seguros	(2.822)	(2.760)	(30.040)
Custas Judiciais	(226)	(395)	(1.030)
Devolução a Consorciados Desligados	(3.300)	(446)	(6.483)
Outros	(5.217)	(3.678)	(282)
Disponibilidades no Fim do Período	621	0	0
Caixa e Equivalente a Caixa	621	0	0
Aplicações Financeiras do Grupo	21.775	25.163	25.163
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	272.388	207.775	207.775

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Ativo	Em Milhares de Reais	
	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020
Lucro Líquido do Exercício	19.208	11.381
Movimentação do Exercício		
Resultado Abrangente do Exercício	19.208	11.381

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

1. Informações Gerais
A Companhia tem por objetivo explorar o ramo de administração de grupos de consórcios de bens imóveis residenciais, imóveis não residenciais, imóveis comerciais e outros, mediante a captação de poupança popular na sistemática de consórcio, nos termos da Lei nº 5.788, de 20/dez/71. Forma jurídica: Sociedade Anônima de capital fechado. Sede: Av. Sete de Setembro, 5670 - Batel - Curitiba - PR.

As demonstrações financeiras foram preparadas em observância às normas e instruções do BACEN - Banco Central do Brasil, específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras, bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Lei nº 6.404/76, com suas alterações.

Na elaboração das demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios, a coluna semestre e exercício representa os valores coletados e utilizados no período, e a coluna valor acumulado, representa os valores coletados e utilizados desde o início dos grupos de consórcios em andamento.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Observamos os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a seguir:

I. Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 3 de setembro de 2010.

II. Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 3 de setembro de 2010.

III. Pronunciamento Técnico CPC 24 - Evento Subsequente, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 17 de julho de 2009.

IV. Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 8 de julho de 2010.

Os pronunciamentos mencionados anteriormente não podem ser aplicados enquanto não forem também reconhecidos por regulamento emanado do Banco Central do Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 31 de agosto de 2021.

3. Resumo das principais práticas contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras da Administração e consolidadas dos grupos de consórcio, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacamos os seguintes:

3.1 *Da Administração*

3.1.1 *Auração de resultados*

O resultado é apurado pelo regime de competência mensal, exceto:

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas, conforme art. 9º, §2º, da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil.

As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pelas quais as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas.

3.1.2 *Caixa e equivalentes de caixa*

Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicadas interfinanceiras de crédito e investimentos em títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata, independente do prazo final de vencimento contratado.

3.1.3 *Investimentos*

Está demonstrado ao custo de aquisição e reavaliação espontânea, acrescido de correção monetária até 31/dez/05, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxa estabelecidas

em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bem.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, multa rescisória e outros.
 2.8 Obrigações por contemplações a entregar
 Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidas da respectiva remuneração.
 3.2 Recusos a devolver e consorciados
 Registram o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes ou excluídos, relativo às contribuições de fundo comum, devidamente atualizado, deduzido de multas, quando aplicável.
 3.2.10 Recusos dos grupos
 Correspondem aos recursos de consorciados a ser rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, formados pelo saldo de fundo de reserva ainda não utilizado, rendimentos de aplicações financeiras não vinculadas a contemplação, multa, juros e outros valores retidos.

3.2.11 Recusos coletados
 Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes.
 3.2.12 Recusos utilizados
 Representam todos os pagamentos realizados pelos grupos, decorrentes dos diversos compromissos.
 4. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos e Gestão de Riscos
 As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.
 4.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas
 Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultam raramente para os resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.
 Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.
 Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.
 4.2 Gestão de Riscos
 A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.
 Essa gestão é realizada pela administração da Companhia que identifica, avalia e protege a mesma contra eventos riscos financeiros para que sejam provavelmente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados. Esses riscos estão relacionados ao não cumprimento pela contraparte em operações financeiras, de suas obrigações nos termos contratados, incluindo as operações dos grupos de consórcio, entre elas a concentração em clientes e o nível de inadimplência.
 5. Controles Internos
 Nos termos da Circular nº 3.078/02, do Banco Central do Brasil, estão implantados os procedimentos pertinentes ao sistema de controles internos, os quais vêm sendo acompanhados e revisados pela administração da sociedade.

6. Resumo das operações de consórcio
 6.1 Posição das operações de consórcio
 Informamos a seguir, dados complementares relativos às operações de consórcio em:

	1º Semestre 2021	2º Semestre 2020
Número de Grupos Administrados	37	37
Quantidade de Bens Pendente de Entrega	2.454	2.090
Quantidade de Bens Entregue no Período	800	1.148
Quantidade Total dos bens Entregues dos Grupos em andamento	8.937	8.846
Número de Consorciados Ativos - Total	58.515	52.098
Contratos Quitados	1.714	2.912
Contratos não Quitados	59.341	49.484
Número de Consorciados Excluídos - Total	52.904	48.972
Taxa de inadimplência	9,54%	10,02%

6.2 Taxa de administração
 A taxa de administração média arrecadada nos grupos de consórcio no exercício findos em 30 de junho de 2021 foi equivalente a 22,8% e em 31 de dezembro de 2020 de 22,4%.

6.3 Taxa de administração futura
 Valor da taxa de administração futura a receber sobre consorciados em:

	30/jun/21	31/dez/20
Consortados contemplados/não contemplados	14.715.979	1.833.847

7. Caixas e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes a caixa
 Caixa geral
 Bancos

	30/jun/21	31/dez/20
Caixa e equivalentes a caixa	359	404
Caixa geral	359	404
Bancos	358	401

8. Instrumentos Financeiros
 Sem Vencimento
 A vencer em até 1 ano
 A vencer entre 1 a 3 anos
 Valores de mercado/Contábil

	30/jun/21	31/dez/20
Fundos de Investimento ¹⁾	2.957	2.957
CDB pós-fixado ²⁾	-	25.387
TOTAL	2.957	28.344

1 O valor de mercado dos títulos públicos que compõe os fundos é correspondente a marcação a mercado do preço dos ativos na B3.
 2 Os CDBs são emitidos pelos bancos Itaú BBA e Caixa Econômica Federal e possuem uma rentabilidade média de 99% do CDI.
 9. Notas de consórcio Ademilar
 Tratam-se de cotas adquiridas pela Companhia para viabilizar grupos recém inaugurados. O saldo de cotas no nome da companhia registrado no exercício findos em 30 de junho de 2021 foi equivalente a R\$ 5.086 e em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 5.790.
 10. Outros Créditos - Administradora

	30/jun/21	31/dez/20
Outros Créditos - Circulante	896	3.832
Taxa de administração a receber (i)	318	3.030
Adiantamentos (ii)	974	300
Outros Créditos - Não Circulante	7.827	1.697
Recursos pendentes de recebimento - valores a receber (iii)	5.235	4.893
Empréstimos a grupos encerrados (iv)	1.292	1.845
Recursos pendentes de recebimento - bens retomados (v)	1.065	1.045
Depósito Bloqueio judicial	159	104

(i) Rendas a receber: saldo de taxa de administração do último dia do período reconhecida no exercício

Aos Administradores e Acionistas
 Ademilar Administradora de Consórcios S.A.
 Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da Ademilar Administradora de Consórcios S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada de recursos de consórcio em 30 de junho de 2021 e da demonstração consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos para o semestre findo nessa mesma data, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nosso opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequada e, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ademilar Administradora de Consórcios S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada de recursos de consórcio em 30 de junho de 2021 e da demonstração consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos para o semestre findo nessa mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
 Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
 A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
 Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
 Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
 Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
 Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

	30/jun/21	31/dez/20
Direitos junto a consorciados contemplados	875.008	801.132
Normas	849.838	780.244
Em Abuso	1.194	3.028
Cobrança Judicial	23.003	18.560

12. Imobilização e Intangível
 12.1 Imobilização de uso

	30/jun/21	31/dez/20
Saldo em 31/12/2020	700	2.617
Custo	(331)	(200)
Depreciação	1.318	(848)
Saldo contábil líquido	369	1.769

Em 2021
 Saldo Inicial
 Aquisições
 Baixas
 Depreciação

	30/jun/21	31/dez/20
Saldo em 30/06/2021	702	2.619
Custo	(356)	(218)
Depreciação	1.318	(849)
Saldo contábil líquido	347	1.552

12.2 Intangível

	Software	Marcas e patentes	Total
Saldo em 31/12/2020	253	4	258
Depreciação	-	-	-
Saldo contábil líquido	253	4	258

Em 2021
 Saldo Inicial
 Aquisições
 Depreciação

	30/jun/21	31/dez/20
Saldo em 30/06/2021	253	4
Custo	253	4
Depreciação	-	-
Saldo contábil líquido	253	4

13. Fiscais e Previdenciárias

	30/jun/21	31/dez/20
IRPJ e CSLL	4.388	3.452
Pis e Cofins ³⁾	2.472	1.905
ISL	970	552
IS	418	386
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	131	119
Outros tributos ⁴⁾	604	320

3 Pis e Cofins: corresponde ao saldo incidente sobre a operação da Instituição. O aumento, deu-se por conta de alavancagem da operação de consórcio.
 4 Outros tributos: referem-se contribuições e provisões sobre salários

14. Recursos não procurados
 Valores recebidos após encerramento dos grupos não procurados e que não foram rateados (distribuídos) entre os consorciados pertencentes aos grupos encerrados.
 15. Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)
 Referem-se a valores a receber de consorciados de grupos encerrados. Esse mesmo valor encontra-se tanto no ativo quanto no passivo.

	30/jun/21	31/dez/20
Outras obrigações diversas - Circulante	10.482	5.795
Comissões a pagar	7.868	3.023
Obrigações com pessoal	1.530	1.400
FGTS a repassar	494	885
Fornecedores diversos	649	484

Outras obrigações diversas - Não Circulante
 Fornecedores diversos

	30/jun/21	31/dez/20
Outras obrigações diversas - Não Circulante	336	127
Fornecedores diversos	336	127

3 correspondente ao saldo de indenizações a pagar e outros fornecedores
 17. Contingências Passivas
 A Companhia é parte em processos judiciais em razão do curso normal de suas operações e companhia o desenvolvimento de todos os processos, relativos a ações cíveis e reclamatórias trabalhistas reconhecidas na contabilidade e/ou necessitam de divulgação em notas explicativas, conforme disposto nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 30 de junho de 2021, há situações que necessitam de divulgação em notas explicativas, conforme disposto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

	30/jun/21	31/dez/20
Contingências Passivas	20	13
Cíveis	20	13

Adicionalmente, existem outras ações as quais foram classificadas com probabilidade de perda possível nos montantes de R\$ 38,5 em 30 de junho de 2021 e R\$ 31 de dezembro de 2020 a companhia não apresentou saldo com probabilidade de perda possível.

18. Patrimônio líquido
 18.1 Capital Social
 Pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no País está composto de 7.000.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

	Quotas	%
Total	7.000	100
Ademilson Participações Societárias Ltda.	7.000	100

A Companhia é controlada pela empresa Ademilson Participações Societárias Ltda., a qual detém 100,00% de suas ações. Os controladores do grupo econômico ao qual a Companhia pertence em última instância, são: Juscar Planiowski Schuchovsky, Raul Schuchovsky Neto e Tatiana Schuchovsky Reichmann. Em 30 de junho de 2021, o P.L.A. - Patrimônio Líquido Ajustado da Companhia representa R\$ 21.333 mil.

19. Receita de prestação de serviços

	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020
Total	214	87.034
Taxa de administração	124.588	87.034
Taxa de transferência de contratos	514	448
Outras taxas	246	31

20. Despesas de Pessoal
 Total
 Proventos
 Encargos
 Benefícios

	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020
Total	4.207	3.411
Proventos	2.458	3.177
Encargos	1.538	1.137
Benefícios	911	527

21. Participação nos resultados
 A Companhia adotou a política de participação nos lucros e resultados a partir do ano 2020, totalizando um saldo de R\$ 557 no período findo em 30 de junho de 2021 e R\$ 271 em 30 de junho de 2020.

22. Despesas administrativas

	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020
Total	79.023	58.257
Comissões pagas a terceiros	63.686	45.749
Despesas de marketing e propaganda	9.231	6.290
Serviços de terceiros	2.295	3.482
Despesas de aluguel/Utilidades	1.118	1.118
Despesas de transporte	183	264
Depreciação e amortização	119	106
Outras despesas	2.844	1.367

23. Outras receitas/despesas operacionais
 Total
 Despesas Bancárias
 Variação Monetária Passiva
 Multas e juros
 Outras receitas/despesas operacionais

	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020
Total	546	847
Despesas Bancárias	450	438
Variação Monetária Passiva	56	281
Multas e juros	43	(154)
Outras receitas/despesas operacionais	(3)	(154)

24. Imposto de renda e contribuição social
 Resultado antes dos impostos
 (+) Despesas indedutíveis
 (+) Doações
 (+) Brindes

	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020
Total	29.890	17.074
Alíquota fiscal combinada	34%	34%

Base de cálculo
 Adições/exclusões
 Incentivos fiscais (PAT/Outros)
 IR e CS no resultado do exercício

	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020
Total	(10.151)	(5.685)
Adições/exclusões	85	6
Incentivos fiscais (PAT/Outros)	-	-
IR e CS no resultado do exercício	(10.066)	(5.679)

25. Outras divulgações
 As demonstrações financeiras da companhia e dos grupos de consórcio se baseiam no princípio da continuidade das operações, nesse contexto o período de 2020 foi afetado de forma limitada pelos impactos causados pela pandemia de COVID-19. No cenário pós-pandemia (15/21) a companhia experimentou uma forte retomada de vendas, com os maiores volumes de créditos comercializados na história da companhia, gerando um crescimento de 63% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Companhia, alinhada às recomendações do Ministério da Saúde e da OMS, implantou ações para mitigar os impactos ocasionados pela pandemia, como: 1) trabalho em home office, especialmente para os colaboradores que fazem parte do grupo de risco; 2) constante higienização das áreas de trabalho e disponibilização de álcool em gel para todos os colaboradores e também nas áreas comuns; 3) campanhas internas de conscientização do distanciamento social; entre outras.
 A Companhia, mantém o monitoramento em relação à pandemia e tem trabalhado em planos de adaptação em decorrência do atual cenário, alinhadas às recomendações do Ministério da Saúde e da OMS, continua com ações para mitigar os impactos e prevenir a propagação do vírus, como: 1) constante higienização das áreas de trabalho; 2) disponibilização de álcool em gel para todos os colaboradores e também nas áreas comuns; 3) campanhas internas de conscientização do distanciamento social; entre outras.

Tatiana Schuchovsky Reichmann
 Diretora Presidente
 Carlos Eduardo Matoso
 CRC-PR 023076/O-5 TC

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
 Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
 Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
 Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
 Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 Concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 Outros assuntos
 As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao semestre findos findo em 30 de junho de 2020 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram opinião sem ressalva em 7 de agosto de 2020.
 Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de agosto de 2021.
 PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5
 Marcelo Luis Teixeira Santos
 Cartão CRC 1PR05037/O-6